



**II CONEDU**  
CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

## **AS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO PERÍODO DE 1994 A 2008.**

Ligyanne Karla de Alencar, Eloisa Varela Cardoso de Arruda, Lenina Lopes Soares Silva.

*Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN. [ligyanne.alencar@ifrn.edu.br](mailto:ligyanne.alencar@ifrn.edu.br);*

*Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN. [eloisa.varela@gmail.com](mailto:eloisa.varela@gmail.com)*

*Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN. [leninasilva@hotmail.com](mailto:leninasilva@hotmail.com).*

### **RESUMO**

O presente trabalho tem por escopo apresentar um breve percurso histórico das políticas destinadas a educação especial e a educação profissional para pessoas com deficiência entre os anos de 1994 e 2008. O estudo ressalta as mudanças conceituais identificadas na Política Nacional de Educação Especial de 1994 e na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva de 2008. Bem como, a transição do paradigma da integração para o paradigma da inclusão evidenciando avanços legais e normativos para o acesso das pessoas com deficiência na educação de uma forma geral e na educação profissional especificamente. Para a realização do trabalho em tela, optou-se por alguns procedimentos teórico-metodológicos, como a revisão bibliográfica e a análise documental. Como recorte de pesquisa em andamento no mestrado acadêmico em Educação Profissional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte - IFRN, que aborda aspectos relacionados ao desenvolvimento de políticas de educação profissional destinada a pessoas com deficiência. Com a criação da Política Nacional de Educação Especial, o Brasil caminhava de forma paralela ao crescente movimento mundial pela inclusão. Em 2008, a educação das pessoas com deficiência é fomentada pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, que tem como objetivo assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Concluímos que, nos 14 anos analisados, avançamos, sobretudo, na legislação da educação especial e profissional no que se refere à inclusão das pessoas com deficiência.

Palavras-Chaves: Educação Especial, Educação Profissional e Pessoa com Deficiência.



**II CONEDU**  
CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

## 1 INTRODUÇÃO

A educação especial constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga a igualdade e a diferença como valores indissociáveis. Em concretude, se apresenta como uma ação política, social e pedagógica em defesa do direito de todos os educandos de estarem juntos em sala de aula e nos demais espaços educacionais, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação e/ou segregação.

As ações vinculadas à educação especial ao reconhecerem as dificuldades enfrentadas nos sistemas de ensino demonstram a necessidade de confrontar as práticas historicamente discriminatórias e criar alternativas para superá-las. A educação especial assume, nesse contexto, espaço central no debate acerca da sociedade contemporânea e do papel da escola na superação da lógica da exclusão, sendo essa, umas das principais dificuldades existentes na educação brasileira. A partir das lutas por políticas de inclusão, os referenciais para a construção de sistemas educacionais inclusivos, a organização de escolas e classes especiais passam a ser repensadas no âmbito do Estado brasileiro.

Em consequência disso, em 1994, o Estado brasileiro publica a Política Nacional de Educação Especial, fundamentada no paradigma da integração, que regulamentava e definia como modalidades da educação especial, as escolas de classes especiais, a sala de recursos, o ensino itinerante, entre outros. A referida política avança no conceito de deficiência, pois retira o foco do modelo médico, que atribuí às características da deficiência a grande barreira para a inclusão desse segmento da sociedade e nos sistemas educacionais de ensino.

Frente a isso, o presente artigo tem como objetivo promover uma breve discussão a respeito das Políticas de Educação Especial e Educação Profissional para pessoas com deficiência formuladas e implantadas entre os anos 1994 e 2008. Por último, apresenta-se as considerações finais.



## II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

### 2 AS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NA DÉCADA DE 1990.

Apesar dos avanços, especialmente, no que tange alteração do significado do conceito de deficiência, esses não refletiram integralmente no texto da Política, uma vez que as matrículas das pessoas com deficiência, no ensino regular, ficaram condicionadas às capacidades de adaptação dos educandos com deficiência as barreiras atitudinais e arquitetônicas, ao currículo e a toda organização das escolas regulares, conforme exposto:

*[...] são matriculados [no ambiente dito regular de ensino/aprendizagem], em processo de integração instrucional os portadores de necessidades especiais que possuem condições de acompanhar e desenvolver as atividades curriculares programadas do ensino comum, no mesmo ritmo dos alunos ditos comuns (BRASIL, 1994, p.19, grifo nosso).*

Dessa forma configurando-se como uma contradição, pois apenas reafirma os pressupostos construídos a partir de padrões homogêneos de ensino, participação e aprendizagem, assim, a Política não provocou uma reformulação das práticas educacionais vigentes, mantendo a educação desses alunos no âmbito da educação especial, ou seja, excluindo-os do acesso à educação formal.

Nesse panorama, a Política Nacional de Educação Especial tinha como objetivos: a) o ingresso do aluno portador de deficiência e de condutas típicas em turmas do ensino regular, sempre que possível; b) a oferta educacional até o grau máximo de terminalidade compatível com aptidões dos alunos; c) o apoio ao sistema de ensino regular, para criar condições de integração dos portadores de necessidades educativas especiais; e, por fim, d) a organização de ambiente educacional o menos restritivo possível (BAPTISTA, 2008).

A contradição entre o conceito de educação especial e o texto da política, os ínfimos e indefinidos investimentos, bem como as ações baseadas em projetos e programas pontuais revelam a trajetória histórica da política de educação especial brasileira. Em 1993, a então Secretária de Educação Especial Rosita Carvalho, antecedendo a divulgação e a aprovação da Política Nacional de Educação Especial, delicadamente evidencia o descaso com a educação



das pessoas com deficiência pelo sistema educacional brasileiro mesmo havendo recursos para o desenvolvimento dessa modalidade, assim como transcrito:

[...] ainda que insuficientes, *há* verbas na dotação orçamentária do MEC, para que a SEESP financie projetos voltados para o aluno da Educação Especial em Organizações Governamentais (OG) e Organizações Não-Governamentais (ONGs). Trata-se, portanto, de uma conquista que convém manter, até que o sistema educacional brasileiro assuma o processo educativo dos portadores de necessidades especiais, sem necessidades de órgãos adrede organizados para a defesa de seus direitos (CARVALHO, 1993, p.94, grifo nosso).

Com a criação da Política Nacional de Educação Especial, a educação destina as pessoas com deficiência caminhava de forma paralela ao crescente movimento mundial pela inclusão, que teve ampla discussão na Conferência Mundial de Educação para Todos em 1990 e na Conferência Mundial de Educação Especial em 1994. No entanto, apesar de ter sofrido influência dos movimentos em questão, a Política não garante o acesso digno, permanência e a saída exitosa das pessoas com deficiência do sistema educacional regular, embora a Declaração de Salamanca e a Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais ressaltem que as escolas comuns, no Brasil denominado de ensino formal, representam o meio imprescindível à aceitação das diferenças e diminuição da exclusão. Nesse sentido, Baptista (2008, p. 20) entende:

[...] por Política de Educação Especial a ciência e a arte de estabelecer objetivos que permitam satisfazer às necessidades educativas dos portadores de deficiência, de condutas típicas e de altas habilidades, bem como de orientar as ações governamentais para a conquista e manutenção dos objetivos estabelecidos.

Contudo, o movimento social das pessoas com deficiência no Brasil, principalmente na década de 1990, possuía convicção de que o paradigma da integração para a educação especial estava ultrapassado. As novas discussões a nível internacional e nacional já vislumbravam experiências exitosas e novas possibilidades no paradigma da inclusão.

O paradigma da inclusão solicita uma mudança ampla não apenas a dos processos educativos, mas uma ampla mudança da sociedade. A inclusão para Sasaki (1999, p.41) é



## II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

“um processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir [todos], em seus sistemas sociais gerais”. Capacitando a pessoa com deficiência para “assumir seus papéis na sociedade” (Idem, 1999, p. 41).

A Política de Educação Especial com suas diretrizes e palavras orientadoras demonstram singularidades do seu momento histórico, passíveis de modificações futuras para acompanhar as novas produções de conhecimento na área de educação especial e do novo contexto social da luta das pessoas com deficiência, assim como destaca Baptista (2008, p. 31):

Observa-se que as mudanças contemporâneas – na gestão e na pesquisa- indicam que podemos reconhecer como ‘desatualizado’ o discurso que caracterizou a política de 1994. Apesar de existirem muitos aspectos constituintes desse discurso no pensamento ainda generalizado acerca da educação especial, algumas de suas premissas básicas são de difícil sustentação: aumento das classes especiais nas escolas públicas, sem considerar o espaço ocupado nessas instituições; admissão de uma responsabilidade partilhada entre o Estado e as instituições privadas e filantrópicas na execução da política, para citar algumas.

Torna-se necessário ressaltar que, na década de 1990, especificamente, no governo do então presidente Fernando Henrique Cardoso, as políticas públicas no Brasil são permeadas pela adoção do neoliberalismo<sup>1</sup>, assim, as políticas destinadas a Educação Especial sofreram influências diretas da concepção de Estado adotada pelo governo brasileiro, destinando a oblação educativa diferenciada aos segmentos sociais diversos. Segundo Baptista (2008, p. 20, grifo do autor, nesse contexto a Educação Especial,

[...] é ‘periférica’ e distante dos grandes temas educacionais. Uma educação para ‘poucos’; uma educação dirigida a sujeitos que não correspondem ao ideário de produtividade; uma educação que jamais foi considerada plenamente tarefa dos órgãos públicos; uma educação que tem, habitualmente, um percurso de curta duração.

Outrossim, Caiado (2003, p. 16) destaca que na conjuntura neoliberal em discussão “[...]os objetivos no plano educacional estão vinculados à formação de uma força de trabalho com um nível mais alto de conhecimento, apta e flexível para acompanhar as exigências das

---

<sup>1</sup>Para Anderson (1998), o neoliberalismo é uma reação teórica e política veemente contra o Estado intervencionista e de bem-estar social. Teóricos neoliberais argumentam que o igualitarismo promovido pelo bem-estar destrói a liberdade dos cidadãos e a vitalidade da concorrência, da qual, depende a prosperidade de todos, sendo a desigualdade um valor positivo e imprescindível.



novas tecnologias”, excluindo dessa forma, todos aqueles que não se adequam a essa realidade.

Esse processo, revela que a educação, especialmente, a destinada as pessoas com deficiência, sofreu de maneira expressiva a crueldade intrínseca as políticas neoliberais necessárias a manutenção do sistema de produção capitalista, valorizando apenas o ser humano rápido e ágil e, por conseguinte, impondo essa valorização a toda sociedade. Frente a isso, torna-se de fundamental importância que a sociedade seja sensibilizada em relação às pessoas com de deficiência, urge a necessidade do rompimento dos estigmas sociais historicamente atrelados as pessoas que possuem algum tipo de deficiência.

## 2.1 A educação profissional para pessoas com deficiência

Conforme destacado, durante a década de 1990 as políticas de educação, sobretudo, as destinadas a Educação Profissional foram baseadas no atendimento dos interesses econômicos e das demandas oriundas do modo de produção capitalista, onde parcerias entre o setor público e privado e as indústrias demandavam novas atribuições ao Ministério de Trabalho, através da Secretaria de Formação de Desenvolvimento Profissional (SEFOR), responsável pela implementação e execução do Plano Nacional de Educação Profissional (PLANFOR), e ao Ministério da Educação (MANFREDI, 2002).

Com a crescente influencia dos debates pela inclusão, o PLANFOR no período de 1996 a 1998, busca em suas ações priorizar a inclusão das pessoas com deficiência no mercado de trabalho, através do Programa Nacional de Educação profissional para Pessoas com Deficiência, executado em parceria com a Federação Nacional das Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (FENAPAES), no entanto, o Programa foi suprimido no segundo período do PLANFOR, entre 1999 e 2002.

Além da FENAPAES, outras parcerias foram estabelecidas com as Instituições de Ensino Superior (IES), Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) e os Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), para o desenvolvimento de cursos para pessoas com deficiência. Tais



## II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

parcerias culminaram em outros programas, “tais como o Programa de Educação Profissional Especializada das APAES o Programa Deficiência & Competência do SENAC, o Programa do SENAI de Ações Inclusivas” (SILVA, 2011, P.57).

No ano de 1994 o CEFET/RN, atualmente Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, iniciou suas atividades no que concerne ao atendimento das pessoas com deficiência através dos cursos de lapidação de pedras preciosas e joalheria, que ocorriam semestralmente, com duração variável de 30 (trinta) a 120 (cento e vinte) horas. Cabe destacar que os referidos cursos também eram fruto do PLANFOR, e tinham caráter inclusivo, garantindo a efetiva participação de deficientes físicos, mentais e auditivos.

Os cursos foram desenvolvidos por seis anos e tinha como objetivo a formação de mão de obra qualificada. Contudo, embora o curso fosse inclusivo no âmbito da educação profissional, no que concerne à inclusão das pessoas com deficiência no mercado de trabalho, após a conclusão do curso as pessoas retornavam as suas casas e instituições desempregadas, ou seja, o acesso e a permanência foram garantidos, mas a saída exitosa não (OLIVEIRA, 2008, p.249).

Diante disso, evidencia-se que trajetória escolar que se apresenta para a pessoa com deficiência, caracterizada por uma organização diferenciada e excludente, não lhe tem proporcionado o acesso a uma formação científica e tecnológica capaz de lhe preparar para o ingresso no mundo do trabalho e nem para níveis mais elevados de estudo.

### 3 AS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA A PARTIR DOS ANOS 2000

Em 2008, o então Presidente do Senado, o senador Garibaldi Alves Filho, aprova na forma de emenda constitucional (Decreto Legislativo, nº 186), o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo, avançando, de forma significativa as discussões e a efetivação de políticas para a educação inclusiva, que constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção dos direitos humanos.

Desde as primeiras manifestações sociais e até concretização das reivindicações em Lei, o maior desafio que encontramos em nosso país é a materialização social de seu discurso.



## II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

O movimento social das pessoas com deficiência cobra ações práticas de implementação dessas políticas, para que o acesso aos direitos atinja em totalidade esse segmento.

Neste novo cenário, a educação das pessoas com deficiência é fomentada pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, que tem como objetivo assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

Para além de um documento orientador, a Política passa a se constituir um marco na organização do sistema educacional inclusivo [...] fortalecendo o conceito de educação especial, que não concebe, nem em caráter extraordinário, a utilização desse atendimento em substituição à escolarização realizada no ensino regular (GRIBOSKI, 2008, p.57).

A determinação do público alvo, já anunciado discretamente na Política de 1994, com a discussão de um conceito amplo como necessidades educativas ou educacionais especiais sofre uma nova conceituação no texto da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, nas seguintes colocações:

Consideram-se alunos com deficiência àqueles que têm impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, que em interação com diversas barreiras podem ter restringida sua participação plena e efetiva na escola e na sociedade. Os alunos com transtornos globais do desenvolvimento são aqueles que apresentam alterações qualitativas das interações sociais recíprocas e na comunicação, um repertório de interesses e atividades restrito, estereotipado e repetitivo. Incluem-se nesse grupo alunos com autismo, síndromes do espectro do autismo e psicose infantil. Alunos com altas habilidades/superdotação demonstram potencial elevado em qualquer uma das seguintes áreas, isoladas ou combinadas: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotricidade e artes. Também apresentam elevada criatividade, grande envolvimento na aprendizagem e realização de tarefas em áreas de seu interesse. Dentre os transtornos funcionais específicos estão: dislexia, disortografia, disgrafia, discalculia, transtorno de atenção e hiperatividade, entre outros (BRASIL, 2008, p.15).

No que concerne à educação profissional, o texto da Política de 2008 sinaliza em suas diretrizes a possibilidade da educação profissional articulada à educação de jovens e adultos, por meio de práticas que ampliem as oportunidades de escolarização e formação para a inclusão efetiva das pessoas com deficiência no ensino formal e no mundo do trabalho.



### 3. 1 A educação profissional para pessoas com deficiência

Nos anos 2000, o Ministério de Educação, através da Secretaria de Educação Especial (SEESP), hoje Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) e da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) iniciou o desenvolvimento do Programa de Tecnologia, Educação, Cidadania e Profissionalização para Pessoas com Necessidades Específicas (TEC NEP), que visava à materialização de Centros de Referências nas Instituições Federais de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, com a implantação dos Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas, para garantir o acesso, permanência e a saída com sucesso de pessoas com necessidades específicas, de cursos desenvolvidos em seus espaços educacionais.

No período de 2000 a 2006 a SETEC teve como objetivo a mobilização e sensibilização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, para a importância da inclusão das pessoas com necessidades específicas na educação profissional da rede federal. Bem como, a formação e consolidação dos grupos gestores, dos Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNEs), que ficariam responsáveis pelas estratégias de implantação do TEC NEP, nas regiões norte, nordeste, centro-oeste, sul e sudeste do país. Tendo como principal diretriz a implantação de uma política de Educação Profissional para Pessoas com necessidades específicas, no Brasil, frente a isso,

[...] ficou evidenciado que urgia, desde aquela época, a necessidade de se formar profissionais que atuariam nessa educação, mas, principalmente, abririam as portas das instituições da Rede Federal de EPCT para firmarem parcerias com organizações não-governamentais e outras instituições que já trabalhavam essa questão (NASCIMENTO, 2013, p.17).

O Programa TEC NEP, tendo como objetivo promover a inserção e permanência de pessoas com deficiência no mercado de trabalho, a partir da rede federal de educação tecnológica, iniciou a capacitação de profissionais da rede federal, nas cinco regiões do Brasil,



## II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

para o atendimento as pessoas com deficiência, através de cursos com abordagem nos tipos de deficiência, legislação e tecnologias assistivas.

Contudo, a inclusão das pessoas com deficiência, através da ação da SETEC nas redes federais de ensino encontrou um obstáculo chamado “processo seletivo das instituições públicas federais”, que tem como base conteúdos do ensino fundamental, colocando em xeque as diferenças de acesso das pessoas com deficiência aos conteúdos ministrados neste nível de ensino, pois dados comprovam que a maior concentração de pessoas com deficiência está no primeiro nível do ensino fundamental, existindo um vazio enorme dessas pessoas nas series finais do ensino fundamental.

Outro agravante ao processo seletivo era a falta de estrutura e de condições especiais para avaliação dessas pessoas como a transcrição de provas para o braile ou letras aumentadas, interprete de LIBRAS entre outras possibilidades,

[...] à medida que essa clientela procurava o CEFET/RN para participar dos exames de seleção, novas estratégias foram desenvolvidas no sentido de atender às suas necessidades [...]. Mas, somente alunos com deficiência física foram aprovados nos exames de seleção para o ensino médio (OLIVEIRA, 2008, p.250).

Outra ação desenvolvida pelo então CEFET/RN, ainda no ano 2006 foi o curso de atualização, inicialmente, pensado para professores do ensino fundamental das disciplinas de Física e Geografia, que contou com a presença de 120 professores da rede pública estadual e municipal do Rio Grande do Norte. Cabe destacar que 92% dos inscritos trabalhavam com alunos (as) com deficiência. O curso de atualização também fomentou a construção de materiais didáticos táteis para pessoas com deficiência visual, que contemplavam o ensino de Física e Geografia.

A ação TEC NEP é fruto da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, embora não tenha rompido com a lógica de ser mais um programa/ação, torna-se de grande relevância, pois possibilita o acesso a educação profissional em instituições renomadas e de qualidade em nosso país.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**



Ausência de verbas definidas e ações baseadas em projetos e programas revelam a trajetória histórica da política de educação especial brasileira. A mudança de paradigma, que permeia a política a partir de 2008 demonstra mudanças significativas na legislação e nos documentos oficiais do governo brasileiro. Na Ação TEC NEP, os Institutos Federais de Educação Profissional, que fomentam educação profissional de qualidade em nosso país, devem promover ações para inclusão das pessoas com deficiência e prevê-las em seu orçamento, dentro do Plano de Desenvolvimento Institucional. Revelando, dessa forma, um avanço significativo do planejamento de possíveis ações inclusivas incluídas dentro do todo institucional e, não mais a margem das ações pedagógicas e organizacionais dos institutos federais.

Concluimos que no período analisado, avançamos, sobretudo, na legislação da educação especial e profissional no que se refere à inclusão das pessoas com deficiência. Entretanto, a concretização efetiva da inclusão e o sucesso no percurso acadêmico das pessoas com deficiência, na educação profissional, tem um caminho longo a percorrer. As práticas da Ação TEC NEP já nos dão indícios, do início da caminhada em busca da inclusão das pessoas com deficiência na educação profissional como prática cotidiana em nosso país.

## REFERÊNCIAS

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: GENTILI, P. & SADER, e. (orgs.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial**. Brasília: MEC/SEESP, 1994. Disponível em: <[http://peei.mec.gov.br/arquivos/politica\\_nacional\\_educacao\\_especial.pdf](http://peei.mec.gov.br/arquivos/politica_nacional_educacao_especial.pdf)>. Acesso em: 08 set. 2014.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008. Disponível em: <[http://peei.mec.gov.br/arquivos/politica\\_nacional\\_educacao\\_especial.pdf](http://peei.mec.gov.br/arquivos/politica_nacional_educacao_especial.pdf)>. Acesso em: 08 set. 2014.



## II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

\_\_\_\_\_. Decreto Legislativo nº 189, de 09 de julho de 2008. Aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 10 jul. 2008. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/congresso/DLG/DLG-186-2008.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/congresso/DLG/DLG-186-2008.htm)>. Acesso em: 08 set. 2014.

BAPTISTA, Claudio Roberto. Práticas inclusivas no sistema de ensino e em outros contextos. In: MARTINS, Lucia de Araújo Ramos et al (Org.). **A política nacional de educação especial no Brasil: passos para uma perspectiva inclusiva**. Natal: EDUFRN, 2008.

CAIADO, Katia Regina Moreno. **Aluno deficiente visual na escola: lembranças e depoimentos**. Campinas: Autores Associados: PUC, 2003.

CARVALHO, Rosita. A Política de Educação Especial no Brasil. **Em Aberto**, n.60, out.-dez. 1993, p.93-102.

NASCIMENTO, Sandra Patricia de Faria. Educação profissional e tecnológica inclusiva: um caminho em construção. IN: NASCIMENTO, Franclim Costa do; FLORINDO Girlane Maria Ferreira; SILVA Neide Samico da. (Org.). **A questão da inclusão na rede federal de educação profissional, a partir da ação TEC NEP**. Brasília: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília, 2013.

GRIBOSKI, C. Opinião. **Inclusão**. Revista da Educação Especial. V4, n.1, jan-jun.2088, p.57.

HALL Stuart. A relevância de Gramsci para o estudo de raça e etnicidade. In: Da diáspora: identidades e mediações culturais. Organização Liv. Sovik; tradução Adelaide La Guardia Rezende...et al. 1ª edição atualizada. Belo Horizonte: ed. UFMG, 2009.

JANNUZZI, Gilberta de Martino. A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI. Campinas: Autores Associados, 2004.

MANFREDI, Silvia Maria. **A educação profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.

OLIVEIRA, Narla Sathler Musse de. Políticas e Práticas Educacionais Inclusivas. In: MARTINS, Lucia de Araújo Ramos; PIRES, José; PIRES, Gláucia Nascimento da Luz. (Org.). **Instrumentalização de profissionais da educação para o ensino de Geografia e Física a alunos com deficiência visual: uma experiência do CEFET-RN**. Natal: EDUFRN, 2008.

SASSAKI, Romeu Kasume. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA editora, 1999.

SILVA, Isaura Maria de Andrade. **Políticas de educação profissional para pessoa com deficiência**. 2011. 209f. Tese - (Doutorado em Educação)- Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação. Belo Horizonte-MG.